

## OAS Óleo e Gás S.A.

CNPJ nº 11.866.604/0001-31

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas: A OAS Óleo e Gás S.A. e Controladas**, submete a V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhada do relatório do auditor independente.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	93.664	91.434	93.664
Adiantamento a terceiros		17	17	17
Impostos a recuperar		33	510	33
Total do ativo circulante		94.016	91.944	94.016
Não circulante				
Outros ativos		2.764	844	2.765
Investimentos	7	81	46	84
Imobilizado		3	4	3
Total do ativo não circulante		2.848	894	2.768
Total do ativo		96.864	92.838	96.784
		96.864	92.838	96.784

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		95.284	83.606	95.284
Lucro líquido do exercício				
Ajuste acumulado de conversão				
Saldo em 31 de dezembro de 2023		95.284	83.606	95.284
Lucro líquido do exercício				
Ajuste acumulado de conversão				
Saldo em 31 de dezembro de 2024		95.284	83.606	95.284

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)																																											
<b>1. Informações gerais:</b> A OAS Óleo e Gás S.A. ("OAS Óleo" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2010, com o objetivo de realizar investimentos no setor de óleo e gás. Em 12 de julho de 2024, houve a mudança da sede da Companhia para Ladeira da Fonte das Pedras, 190 - 6º andar - Nazaré, Salvador - BA, mesmo local da sede e centro decisório do Grupo Metha. A área de atuação da Companhia compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo e gás natural, incluindo o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração (navios-sonda), de unidades flutuantes de produção, armazenamento e descarga (Foscos), unidades de tratamento, florels e outros plataformas ou embarcações de apoio marítimo, bem como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio. A Companhia, através de cinco empresas domiciliadas na Holanda (Cassinio Darting B.V. - "Cassinio", Comandantuba Darting B.V. - "Comandantuba", Curumim Drilling B.V. - "Curumim", Itapema Drilling B.V. - "Itapema" e Salinas Drilling B.V. - "Salinas"), em conjunto denominadas "SPES", todas coligadas a sua subsidiária indireta Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy"), era coproprietária de cinco navios-sonda, em estágio de construção, que foram afretados à Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras para a exploração da camada do pré-sal por um período de 15 anos, com opção de renovação por até mais 05 anos ("Projeto Sondas"). Em 6 de julho de 2015, a Seaworthy alienou a totalidade das ações que detinha nas SPES Cassinio, Curumim e Salinas à Sete International One GmbH ("Sete International One"), acionista controladora das SPES. A Companhia também é a controladora direta das cinco unidades de Perfuração Ltda. ("Atlas"), estabelecida no Brasil e criada especificamente para operar esses cinco navios.																																											
<b>1.1. Entidades da Companhia:</b> A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas e coligadas consideradas nas informações consolidadas:																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Empresas Controladas - consolidadas</th> <th colspan="4">Participação no capital social</th> </tr> <tr> <th>País</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>OAS Oil &amp; Gas GmbH ("OAS Oil &amp; Gas")</td> <td>Áustria</td> <td>100,00%</td> <td>100,00%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy")</td> <td>Áustria</td> <td>-</td> <td>89,00%</td> <td>- 89,00%</td> </tr> <tr> <td>Coligadas (método de equivalência patrimonial)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Atlas Services de Perfuração Ltda. ("Atlas")</td> <td>Brasil</td> <td>20,00%</td> <td>-</td> <td>20,00%</td> </tr> <tr> <td>Comandantuba Drilling B.V. ("Comandantuba")</td> <td>Holanda</td> <td>-</td> <td>25,00%</td> <td>- 25,00%</td> </tr> <tr> <td>Itapema Drilling B.V. ("Itapema")</td> <td>Holanda</td> <td>-</td> <td>25,00%</td> <td>- 25,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Empresas Controladas - consolidadas	Participação no capital social				País	31/12/2024	31/12/2023		OAS Oil & Gas GmbH ("OAS Oil & Gas")	Áustria	100,00%	100,00%	-	Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy")	Áustria	-	89,00%	- 89,00%	Coligadas (método de equivalência patrimonial)					Atlas Services de Perfuração Ltda. ("Atlas")	Brasil	20,00%	-	20,00%	Comandantuba Drilling B.V. ("Comandantuba")	Holanda	-	25,00%	- 25,00%	Itapema Drilling B.V. ("Itapema")	Holanda	-	25,00%	- 25,00%
Empresas Controladas - consolidadas	Participação no capital social																																										
	País	31/12/2024	31/12/2023																																								
OAS Oil & Gas GmbH ("OAS Oil & Gas")	Áustria	100,00%	100,00%	-																																							
Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy")	Áustria	-	89,00%	- 89,00%																																							
Coligadas (método de equivalência patrimonial)																																											
Atlas Services de Perfuração Ltda. ("Atlas")	Brasil	20,00%	-	20,00%																																							
Comandantuba Drilling B.V. ("Comandantuba")	Holanda	-	25,00%	- 25,00%																																							
Itapema Drilling B.V. ("Itapema")	Holanda	-	25,00%	- 25,00%																																							
<p><b>Informações sobre as investidas:</b> Atlas: A Atlas é uma empresa estabelecida em Macaé, Rio de Janeiro fundada para atuar no setor de atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural. OAS Oil &amp; Gas GmbH: A OAS Oil &amp; Gas GmbH ("OAS Oil &amp; Gas") é uma holding estabelecida na Áustria para deter participação na controlada Seaworthy e suas coligadas estabelecidas na Holanda. Seaworthy: A investida indireta Seaworthy é uma holding estabelecida na Áustria para deter participações em cada uma das coligadas indiretas estabelecidas na Holanda (SPES Comandantuba e Itapema). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detém 89% do seu capital social. Conforme apresentado Nota Explicativa nº 1, as SPES assinaram contratos de afretamento dos navios-sonda por um período de 15 anos, com opção de renovação por até mais 05 anos. Os navios-sonda estavam em fase de construção e os trabalhos foram suspensos. A entrega estava prevista para ocorrer entre maio de 2019 e janeiro de 2020. SPES Comandantuba e Itapema: Em 31 de dezembro de 2024, as SPES Itapema e Comandantuba tinham como acionistas a Sete International Two GmbH, subsidiária integral da Sete Brasil S.A. ("Sete Brasil"), com 75% de participação, e a Seaworthy, com 25% de participação. Conforme mencionado acima, a Companhia alienou a totalidade das ações de determinadas SPES a Sete International One, todavia dada a divergência entre as partes quanto ao "bruto", no cálculo do preço da opção, dos juros alegadamente devidos à Seaworthy, em razão de aquisição das ações "B" de sua titularidade na Salinas Drilling B.V. e Curumim Drilling B.V. pela Sete International One, a Companhia realizou uma auditoria em junho de 2012, o preço da opção ficou dividido em (i) parte intercorrente e (ii) parte intercorrente. Os valores intercorrentes foram corrigidos para US\$ 27.647, equivalente a aproximadamente R\$ 86.897 (naquela data), os quais serão corrigidos pela taxa de juros de 8,15% a.a. a partir da data da venda, conforme adiante demonstrado, tendo como vencimento o dia 31 de agosto de 2015:</p>																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>SPES</th> <th>Valor de venda em US\$</th> <th>Valor de venda aproximado em R\$ (*)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cassinio</td> <td>15.185</td> <td>47.728</td> </tr> <tr> <td>Salinas</td> <td>6.146</td> <td>19.317</td> </tr> <tr> <td>Curumim</td> <td>6.316</td> <td>19.852</td> </tr> <tr> <td></td> <td>27.647</td> <td>86.897</td> </tr> </tbody> </table>					SPES	Valor de venda em US\$	Valor de venda aproximado em R\$ (*)	Cassinio	15.185	47.728	Salinas	6.146	19.317	Curumim	6.316	19.852		27.647	86.897																								
SPES	Valor de venda em US\$	Valor de venda aproximado em R\$ (*)																																									
Cassinio	15.185	47.728																																									
Salinas	6.146	19.317																																									
Curumim	6.316	19.852																																									
	27.647	86.897																																									
<p>(*) Taxa de câmbio de R\$ 3,1431, em 06 de julho de 2015. <b>Recuperabilidade dos investimentos nas SPES:</b> Em 29 de abril de 2016, a Sete Brasil Participações e Investimentos S.A. e suas controladas Sete Investimentos S.A., Sete Investimentos II S.A., Sete Holding GmbH, Sete International One GmbH e Sete International Two GmbH ingressaram com pedido de recuperação judicial na 3ª Vara Empresarial do Foro da Comarca do Rio de Janeiro, o qual foi aceito pelo Juízo em 15 de junho de 2016 somente para as empresas domiciliadas no Brasil. Dessa forma, não foram aceitos os pedidos de recuperação judicial da Sete Holding GmbH, da Sete International One GmbH e da Sete International Two GmbH. O Grupo Sete recorreu de tal decisão e, em 2 de setembro de 2016, a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deferiu a Inclusão dessas empresas no grupo de recuperandas do citado processo de recuperação judicial. A controlada indireta Seaworthy também ingressou com pedido de recuperação judicial e tenta reverter-la. A Seaworthy não deliberou a respeito do RJP, por ser acionista das SPES Itapema e Comandantuba. Em 31 de dezembro de 2024, a Diretoria avalia que a recuperação dos recursos aplicados em Cassinio, Curumim e Salinas dependem do desfecho do processo de recuperação judicial do grupo Sete Brasil, que possibilite a Sete International One possuir meios para saldar a sua obrigação. A Seaworthy consta no plano de RJ como Sócia B das SPES Itapema e Comandantuba, (75% do capital pertence a Sete International Two GmbH). Quanto às SPES Cassinio, Curumim e Salinas, a Sete International One GmbH detém 100% do capital social. Em vista do anterior, considerando a situação financeira delicada da Sete Brasil e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme amplamente divulgado pela mídia e após a entrada do pedido de recuperação judicial das empresas do grupo Sete, com o patrocínio de 60 anos, existem incertezas significativas acerca do sucesso da recuperação judicial. A Companhia não possui compromissos financeiros assumidos nos contratos de compra e venda das SPES Cassinio, Curumim e Salinas. Assim, a Diretoria da Companhia também entende que, no cenário atual, não há perspectiva de retomada de nenhuma atividade relativa ao Projeto Sondas. Em 31 de dezembro de 2015 a Diretoria da Seaworthy reconheceu perda estimada por redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>) dos saldos dos investimentos em Itapema e Comandantuba, correspondente a R\$ 16.884, bem como pela totalidade dos recebíveis emergentes do contrato de compra e venda das SPES Cassinio, Curumim e Salinas, corrigido até esta data, o qual correspondia a R\$ 94.866. A Companhia continuará a monitorar a situação, evitando seus melhores esforços no sentido de encontrar alternativas para a recuperação dos investimentos feitos. Em setembro de 2016, o Conselho de Administração das OAS Óleo e Gás S.A. e da Companhia apresentou ao Conselho de Administração da Sete International One o plano de recuperação judicial e a Diretoria a proceder com as seguintes medidas: (i) apresentar impugnação de crédito na RJ, para a refutação de valor inscrito em favor da Seaworthy e (ii) buscar, na recuperação judicial, a exclusão da Sete International One do procedimento, pelo fato de as partes serem domiciliadas na Áustria; e o crédito, regido por lei holandesa. Na mesma Reunião do Conselho de Administração, deliberou-se que a Seaworthy, ao menos naquele momento, não tomaria nenhuma outra ação para execução do crédito. Em 05 de outubro de 2016, a Seaworthy apresentou ao Administrador Judicial uma divergência de crédito, solicitando a refutação do valor de US\$ 27.647 para US\$ 29.487. Essa divergência foi acolhida no 2º edital de créditos, resultando na atualização do crédito da Seaworthy para US\$ 29.487. Desde então, a Sete Brasil enfrentou desafios financeiros significativos, culminando com a decretação de falência pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em dezembro de 2024, devido ao não cumprimento do plano de recuperação judicial e de um passivo acumulado de aproximadamente R\$ 36 bilhões. O Ministério Público do Rio de Janeiro manifestou-se favoravelmente à falência da Sete Brasil, reforçando a decisão judicial. Esses acontecimentos refletem a complexidade e os desafios enfrentados pela Sete Brasil em sua recuperação judicial, afetando diretamente os credores, incluindo a Seaworthy. <b>1.2. Processo de incorporação das controladas e futuro das operações da Companhia:</b> Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Sete Brasil Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos I S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos II S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Holding GmbH - Em Recuperação Judicial, Sete International One GmbH - Em Recuperação Judicial e Sete International Two GmbH - Em Recuperação Judicial, aprovado em Assembleia Geral de Credores encerrada em 09 de dezembro de 2021 (Processo nº 0124207-13.2016.8.19.0001) ("Plano"), ainda pendente de determinadas formalizações que no tange a implementação da proposta, as acionistas indiretas da Sociedade, Certha Investimentos S.A. e FI FGTS, deliberaram, em 2021, pela realização de um processo de <i>due diligence</i>. A decisão foi motivada pelo desinteresse de seus acionistas em manter a sociedade por meio dessas empresas, sinalizando a intenção de desfazê-la. O processo de <i>due diligence</i> incluiu a contratação de assessores jurídicos e financeiros, nas jurisdições pertinentes, para elaboração dos relatórios e cronograma necessário para encerramento das atividades, incluindo a análise e levantamento dos passivos e ativos das empresas, avaliação de obrigações legais e possíveis alternativas de reorganização societária, alienação de ativos ou outras formas de desinvolução. A implementação do Plano e de suma importância para a direcionamento das atividades da OAS Óleo e Gás S.A. e suas investidas Seaworthy Investments GmbH e OAS Oil &amp; Gas GmbH, por conforme previstas nas Cláusulas 10.5 do 4º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, uma vez realizado o pagamento do seu percentual e decorrente da implementação dos termos previstos no Plano, as partes terão mútua quitação dos créditos envolvendo o Projeto Sondas. No que tange as investidas, o encerramento das atividades poderá ocorrer por meio de incorporação, em conformidade com o estabelecido nas leis daquela jurisdição. Ressalta-se que a definição sobre o futuro das subsidiárias austríacas OAS Oil &amp; Gas GmbH e Seaworthy Investments GmbH é uma crucial para o avanço do processo de reorganização das atividades no Brasil, influenciando diretamente o prazo para sua conclusão. Até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, não foi formalizada decisão sobre o futuro da Companhia e suas investidas. A Administração avalia que, diante da importância de recursos financeiros disponíveis, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 3, a Companhia possui caixa suficiente para manter suas operações e honrar seus compromissos por um período mínimo de 12 meses após a data-base destas demonstrações contábeis, bem como para prestar o suporte financeiro necessário às suas investidas durante esse período. Assim, entende-se que a adoção da premissa de continuidade operacional permanece apropriada para a elaboração destas demonstrações. A Administração seguirá monitorando os desdobramentos e tomará as providências cabíveis para reavaliar a base contábil aplicável, à medida que novas decisões forem formalizadas. <b>1.3. Recuperação judicial do Grupo METHA:</b> A Metha S.A. ("Metha") e a Certha Investimentos S.A. ("Certha") são acionistas indireta e direta, respectivamente, da OAS Óleo e Gás S.A., controladora indireta da Companhia. Em 17 de outubro de 2023, a Metha e Certha e determinadas empresas de seu grupo econômico, em conjunto doravante denominadas "Companhias em recuperação", em vista da situação financeira desfavorável que se encontravam, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) piora do cenário macroeconômico, sobretudo no setor de infraestrutura e que frustrou o plano de negócios das sociedades, (ii) aumento nos custos dos insumos e das matérias-primas no setor de construção, agravando o desequilíbrio no planejamento econômico-financeiro traçado anteriormente; ajustaram, perante o Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 8139252-58.2023.8.05.0001, em conjunto, nos termos da Lei de Recuperação Judicial. Em 31 de outubro de 2023, foi proferida decisão deferindo o processamento do pedido de recuperação judicial tendo nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 54 da Lei de Recuperação Judicial), a EXM Partners Assessoria Empresarial Ltda., e determinando-se, ainda, a suspensão de todas as ações ou execuções contra os devedores, por 180 (cento e oitenta) dias. Em 05 de janeiro de 2024, as Companhias em recuperação protocolaram o Plano de Recuperação Judicial no qual foram apresentados os termos e condições para a reestruturação da dívida, juntamente com o Laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos. O Plano de Recuperação levou em consideração a atual capacidade de geração de caixa das empresas do grupo para honrar o passivo renegociado. Em 21 de junho de 2024, foi concedida a prorrogação do <i>stay period</i>, período no qual há a suspensão das ações de execução em face das Companhias em recuperação, por um prazo adicional de 180 (cento e oitenta) dias. Em 18 de dezembro de 2024, foi concedida a nova prorrogação por mais 90 (noventa) dias. Devido ao pedido de recuperação judicial, as Companhias em recuperação ficaram impedidas de alienar bens ou direitos do seu ativo não circulante, sem prévia autorização judicial. Referida restrição, resulta da necessidade de pagamento dos credores, uma vez que com a separação patrimonial decorrente da criação da sociedade, os credores somente têm acesso aos bens da devedora, que responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento das obrigações. Conforme Nota Explicativa nº 13, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 24 de abril de 2025. <b>1.4. Acordo com órgãos públicos firmados pela METHA:</b> <b>Acordo de Leniência:</b> A Controladora-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo METHA, e investigação no âmbito da Operação Lava Jato. Neste acordo, o Grupo assumiu o compromisso de pagar indenização no valor de R\$ 1.299,257 mil, em parcelas anuais, atualizadas pela Selic, com vencimento para 2047. O Acordo estabelece obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas. Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública. <b>Acordo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica):</b> A Construtora COESA S.A. celebrou, no total, dez Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R\$ 310.174 a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic. As obrigações decorrentes do acordo de leniência, incluindo CADE e CGU, bem como outros acordos firmados com determinadas autoridades governamentais, serão custeados pela METHA S.A. <b>2. Base de elaboração e políticas contábeis materiais das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> <b>2.1. Base de elaboração:</b> A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 27 de novembro de 2025. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. <b>a) Base de mensuração:</b> As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. <b>b) Conversão de moedas:</b> Os saldos denominados em moeda estrangeira: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua ("a moeda funcional"). A conversão dos valores relativos a essas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas à taxa de câmbio da data da transação, e registradas em reais. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. <b>c) Uso de estimativas:</b> A elaboração da preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Diretoria utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e baseiam-se, entre outros fatores, na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros. Os efeitos das revisões de estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que a revisão é realizada e em quaisquer exercícios futuros afetados. <b>2.2. Políticas contábeis materiais:</b> As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão detalhadas a seguir e foram aplicadas de forma consistente também no exercício anterior. <b>a) Caixa e equivalentes de caixa:</b> São representados por fundos fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações fixas:</p>																																											

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	4	4.760	3.073	4.955
Salários, provisões e contribuições sociais		40	40	3.182
Tributos e contribuições a recolher	5	1.576	5.252	1.576
Outros passivos		66	67	2.023
Total do passivo circulante		6.442	8.392	9.747
Não circulante				
Partes relacionadas	8	-	216	-
Provisões para riscos processuais	6	10.039	7.975	10.039
Provisão para perdas em investimentos	7	456	452	456
Total do passivo não circulante		10.495	8.643	10.495
Patrimônio líquido				
Capital social	9	95.284	95.284	95.284
Reserva de capital	9	83.606	83.606	83.606
Outros resultados abrangentes		392	699	392
Prejuízos acumulados		(99.355)	(103.786)	(99.355)
Total do patrimônio líquido dos controladores		79.927	75.803	79.927
Participação de não controladores		-	-	(479)
Total do patrimônio líquido		79.927	75.803	79.448
Total do passivo e do patrimônio líquido		96.864	92.838	96.784

Demonstrações do resultado abrangeante para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		95.284	83.606	95.284
Lucro líquido do exercício				
Ajuste acumulado de conversão				
Saldo em 31 de dezembro de 2023		95.284	83.606	95.284
Lucro líquido do exercício				
Ajuste acumulado de conversão				
Saldo em 31 de dezembro de 2024		95.284	83.606	95.284

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.291	8.033	4.246	8.018
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social ao fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial/provisão para perda em investimentos	7	1.033	400	3
Depreciação e amortização	10	1	1	1
Variações monetárias e cambiais - líquidos	11	1.275	(269)	1.275
Provisões para riscos processuais	10	2.064	-	2.064
Outros		1	-	1
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Impostos a recuperar		175	(266)	175
Indústrias de terceiros		(17)	-	(17)
Outros ativos		(1.920)	-	(1.920)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores		412	54	498
Salários, provisões e contribuições sociais		40	-	40
Tributos e contribuições a recolher		(3.536)	1.443	(3.536)
Outros passivos		(1)	-	(1)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		3.818	9.396	2.829
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aporte em investidas	7	(1.372)	(305)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.372)	(305)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Crédito com partes relacionadas	8	(216)	216	(216)
Caixa líquido aplicado (gerado) pelas atividades de financiamento		(216)	216	(216)
Efeito de variação na taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa		-	-	(383)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		2.230	9.307	2.230
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	3	91.434	82.127	91.434
No final do exercício	3	93.664	91.434	93.664
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		2.230	9.307	2.230

5.1. Imposto de renda e contribuição social: Os valores de impostos de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, são demonstrados como segue:				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.291	8.033	4.246	8.018
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às atividades de produção	(1.459)	(2.731)	(1.444)	(2.726)
Alíquotas da legislação que afetam o resultado do exercício				
Adições permanentes:				
Perda em investimentos	(1)	(136)	(1)	(1)
Equivalência patrimonial	(350)	-	-	-
Adições temporárias:				
Provisões para riscos processuais	(702)	-	-	(702)
Exclusões permanentes:				
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa (i)	880	1.533	509	1.375
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.172	1.400	1.172	1.375
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.632)	(1.334)	(1.638)	(1.352)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.772	(1.334)	1.772	(1.352)
Outros	146	(1.334)	146	(1.352)
(i) Conforme detalhado acima, diante da efetiva realização econômica dos créditos fiscais a serem utilizados exclusivamente para amortização da dívida tributária no âmbito da Autorregulamentação Incentivada de Tributos, a Companhia reconheceu o provento ativo fiscal diferido, com contrapartida no resultado do exercício.				

6. Provisões para riscos processuais: A Companhia possui processos de natureza trabalhista. Esses processos estão sendo contestados nas esferas administrativa e judicial. A Administração baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos, mantém provisionado o montante de R\$ 10.039 (R\$ 9.975 em 31 de dezembro de 2023), conforme demonstrado a seguir:				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/20

★ continuação		OAS Óleo e Gás S.A.	
Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)			
<b>11. Resultado financeiro, líquido:</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>		
<u>Receitas financeiras</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	
Juros sobre aplicações financeiras	11.144	10.828	
Outras receitas financeiras	23	1	
	11.167	10.829	
<u>Despesas financeiras</u>	<u>(1.275)</u>	<u>(258)</u>	
Variação monetária/cambial passiva	(1.200)	(1.250)	
Despesas bancárias	(2.475)	(1.508)	
	8.692	9.321	
Total			
<b>12. Instrumentos financeiros: Gestão de risco financeiro:</b> A Companhia possui políticas de gerenciamento de riscos financeiros voltadas à identificação, análise e monitoramento das exposições que possam impactar suas operações. A tesouraria corporativa coordena a gestão desses riscos, assegurando níveis adequados de liquidez e preservação patrimonial. Os principais riscos identificados são: <b>Risco de crédito:</b> Decorre da possibilidade de perdas em virtude da inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou emissores de aplicações financeiras. A Companhia busca mitigar esse risco mantendo suas operações exclusivamente em instituições			
<b>A Diretoria</b>		<b>Contador: Ovídio Leonardo Vieira Gurgel - CRC RN-009922/0-4</b>	
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>			
<p>Aos Diretores(as) e Acionistas da <b>OAS Óleo e Gás S.A.</b> Salvador - BA. <b>Opinião com ressalva:</b> Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OAS Óleo e Gás S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos potenciais efeitos do assunto mencionado na “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OAS Óleo e Gás S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião com ressalva: Transferência de controle de investidas:</b> Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a controlada Seaworthy Investments GmbH (“Seaworthy”) celebrou contrato de compra e venda com a Sete International One GmbH (uma empresa não relacionada), alienando a totalidade das ações de emissão das Sociedades coligadas Cassino Driling B.V., Curumim Driling B.V. e Salinas Driling B.V. em 06 de julho de 2015. Até 31 de dezembro de 2024, a Sete Intenational One GmbH não havia liquidado suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de compra e venda. A controlada Seaworthy constituiu provisão para perdas sobre a totalidade dos saldos a receber. Adicionalmente, em 30 de outubro de 2015, a Sete International Two GmbH e comprometeu a adquirir a totalidade das ações das coligadas indiretas Comandatuba Driling B.V. e Itapema Driling B.V., detidas pela controlada Seaworthy, desde que obtidas determinadas anuências de terceiros. Entretanto, a transferência de propriedade das coligadas indiretas Comandatuba Driling B.V. e Itapema Driling B.V. para a Sete International Two GmbH ainda não foi concluída. Em função da limitação que envolve as discussões em andamento, não foi possível concluir sobre a correta apresentação e mensuração dos respectivos saldos de ativo, passivo e passivo a descoberto na controlada Seaworthy, bem como determinar eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 em virtude da citada limitação. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. <b>Ênfases: Acordo global - Órgãos públicos:</b> Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.4 às demonstrações contábeis, o Grupo METHA, (atual denominação do Grupo</p>		<p>financeiras de primeira linha, com elevado rating de crédito. Esses saldos estão apresentados nas Notas Explicativas nº 3 e nº 4. <b>Risco de liquidez:</b> É monitorado de forma a manter níveis adequados de caixa e equivalentes, garantindo o cumprimento das obrigações de curto prazo. A posição de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 3. <b>Risco de taxa de juros:</b> Esse risco decorre de eventuais flutuações que possam impactar o custo de financiamentos ou a remuneração de aplicações financeiras. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos contratados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, sendo que suas aplicações estão atreladas a taxas variáveis. <b>Risco de câmbio:</b> A Companhia possui passivos denominados em moeda estrangeira, principalmente junto a fornecedores. Contudo, a Administração entende que tais exposições não são materiais frente ao total do ativo e, portanto, não representam risco relevante às demonstrações contábeis. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos e não possui políticas formais de hedge, tendo em vista o volume reduzido dessas operações. As demais operações da Companhia não apresentam sensibilidade relevante a variações cambiais ou de taxas de juros, razão pela qual não foram incluídos quadros de análise de sensibilidade, diante da imaterialidade das exposições. <b>Gestão de capital:</b> A Administração monitora periodicamente a estrutura de capital da Companhia, com o objetivo de assegurar a continuidade operacional e otimizar o retorno aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos, razão pela qual não apresenta dívida líquida. <b>Categorias de instrumentos financeiros:</b> Os ativos e passivos financeiros da Companhia são</p> <p>OAS) assinou acordos com órgãos públicos se comprometendo a pagar os montantes de R\$ 1.929.257 mil como penalidades decorrentes do processo de investigações realizadas no âmbito da Operação Lava Jato. A administração, neste momento, entende que possíveis efeitos desses acordos firmados pelo Grupo METHA não deverão afetar significativamente a Sociedade. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. <b>Suspensão das operações da Companhia:</b> Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia se encontra em processo de avaliação da manutenção das suas atividades e de suas controladas, de modo que as operações se encontram, no momento, suspensas. Entretanto, a administração possui recursos suficientes e intenção para a manutenção de suas atividades e prestar suporte financeiro necessário às suas investidas por um período mínimo de 12 meses. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. <b>Outros assuntos: Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas correspondentes:</b> As demonstrações contábeis da OAS Óleo e Gás S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram examinadas por nós, cujo relatório, emitido em 30 de junho de 2025, continha ressalva referente ao mesmo assunto apresentado neste relatório quanto à transferência de controle de investidas. Adicionalmente, os relatórios de auditoria mencionados anteriormente, com modificação, foram emitidos com as mesmas ênfases quanto ao acordo de leniência e a suspensão das operações da Companhia. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas</p>	
<p>mensurados de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, sendo classificados conforme a intenção de gestão e o modelo de negócios aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 de 2023, os principais instrumentos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar e outros passivos, todos mensurados pelo custo amortizado, não havendo instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. <b>Hierarquia de valor justo:</b> A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia de valor justo apenas para fins de divulgação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve ativos ou passivos mensurados a valor justo, nem transferências entre os níveis da hierarquia acima. <b>13. Eventos subsequentes: Recuperação Judicial do Grupo METHA:</b> Nos termos do artigo 56 da Lei de Recuperação Judicial, foi convocada Assembleia Geral de Credores (“AGC”) para deliberar sobre o Plano de Recuperação Judicial. A primeira convocação foi designada para o dia 15 de abril de 2025, e, diante da ausência de quórum, realizou-se a segunda convocação no dia 24 de abril de 2025. Na referida AGC, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pelas respectivas classes de credores, nos termos exigidos pela legislação aplicável, e atualmente aguarda homologação pelo Juízo da recuperação judicial.</p>		<p>com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p>	
		São Paulo, 27 de novembro de 2025	
		 <b>Grant Thornton</b> <b>Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.</b> CRC ZSP-025.583/0-1	
		<b>João Rafael Belo de Araújo Filho</b> Contador CRC 1SP-246.752/0-6	



Assinado Digitalmente por: **EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 05/12/2025**

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://atarde.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

939 OAS\_6X526X13\_DIGITAL.pdf

Código do documento: 939



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130  
Certificado Digital  
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Registro de Eventos:

05 dez 2025, 00:01:00 - UPLOAD

**Documento:** 939

**Criado por:** Adriano Cardoso de Melo **Email:** adriano.cardoso@grupoatarde.com.br

**DATE\_ATOM:** 2025-12-05T00:02:07-03:00

05 dez 2025, 00:02:07 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

**DATE\_ATOM:** 2025-12-05T00:02:07-03:00

05 dez 2025, 00:02:07 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

**E-Mail:** publicidade@grupoatarde.com.br

**Emissor do Certificado:** CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,  
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

**DATE\_ATOM:** 2025-12-05T00:02:07-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: f9bf7462ac7ced9bf1de9f9c5b84e8546eab607cb3497421969c5abb872677d2

[SHA512]: 061d65351990209d2769c9f49db116d4814eac04c297b1a9c620e25563f5e3de27cd8a7d0e92b5b3483a5d35df3bc813207d1cc30a666c2a1355e4aa353f573f

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3